

Desenvolvimento e dilemas na fronteira: embates e impactos socioambientais na criação do território ribeirinho do rio Xingu, Altamira-PA

Development and dilemma on the frontier: conflicts and socio-environmental impacts in the creation of the riverside territory of the Xingu River, Altamira-PA

Desarrollo y el dilema en la frontera: ataques e impactos socioambientales en la formación del territorio a lo largo del río Xingú, Altamira-PA

Kátia Barros Santos

Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia e Doutoranda pelo Instituto de Agriculturas Amazônicas (INEAF) da Universidade Federal do Pará – UFPA.
katiabarrosatm@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0002-1129-7087>

Maurício Torres

Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP. Professor-Pesquisador do Instituto de Agriculturas Amazônicas (INEAF) e do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da UFPA.
mautorres@ufpa.br / <http://orcid.org/0000-0003-3579-6486>

César Martins de Souza

Doutor e Pós-Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor-Pesquisador do Instituto de Agriculturas Amazônicas (INEAF) e do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da UFPA.
cesarmartinsouza@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0003-4530-4844>

Recebido: 06/12/2023; Aceito: 05/02/2024; Publicado: 26/12/2024.

RESUMO

O presente artigo pretende fazer uma leitura crítica em torno dos embates e impactos socioambientais no contexto da criação do território ribeirinho do rio Xingu, Altamira-PA. Devido o modelo desenvolvimentista para a Amazônia tenha apresentado políticas ambíguas e contraditórias, que envolvem o capital globalizado e das instituições e esferas governamentais. Esse é o *locus* de discussão, a criação do território ribeirinho do Xingu, região de Altamira, palco de transformações devido à instalação do empreendimento hidrelétrico Belo Monte e o conceito fronteira como elemento interpretativo articulado em meio as transformações do território ribeirinho. Em termos metodológicos, foi conduzido um estudo qualitativo que envolveu levantamento bibliográfico e documental em fontes acadêmicas e de imprensa. Pretende-se então, fazer reflexões acerca do conceito de desenvolvimento, de fronteira e dos impactos socioambientais no território ribeirinho, bem como, a partir do modelo dialético baseado nos estudos de Sachs (2008), Esteva (2000), Ribeiro (2008), Becker (2005), Pacheco de Oliveira (2021), Martins (2009), Carvalho (2017), Venturi (2006) e Quijano (2005). Para tanto, os ribeirinhos são impactados dentro

da nova fronteira pelo modelo de desenvolvimento na região, sem contar com os enfrentamentos sociais de movimentos contrários a esse modelo ocidental.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Fronteira, Amazônia Brasileira; Território Ribeirinho; Região do Xingu.

ABSTRACT

The current study aims to provide a critical analysis of the conflicts and socio-environmental impacts within the creation of the riverside territory of the Xingu River in Altamira, PA. Due to the developmental model applied in the Amazon, policies have become ambiguous and contradictory, involving globalized capital and governmental institutions. The focal point of discussion is the establishment of the Xingu riverside territory in the Altamira region, a site undergoing transformations due to the construction from Belo Monte hydroelectric project, and the concept of frontier as an interpretative element articulated amid the transformations of the riparian territory. Methodologically, a qualitative study was conducted, incorporating a literature and documentary review from academic and press sources. It is intended, therefore, to reflect on the concept of development, on the frontier and socio-environmental impacts on the riverside territory, employing a dialectical model based on the studies of Sachs (2008), Esteva (2000), Ribeiro (2008), Becker (2005), Pacheco de Oliveira (2021), Martins (2009), Carvalho (2017), Venturi (2006) and Quijano (2005). Consequently, the riverside communities are affected by the development inside of the frontier for model in the region, alongside social confrontations from movements opposing this Western model.

Keywords: Development; Frontier; Brazilian Amazon; Riverside Territory; Xingu Region.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo realizar una lectura crítica de los impactos socioambientales en el contexto de la creación del territorio ribereño del río Xingu, Altamira-PA. El modelo de desarrollo para la Amazonía presenta políticas ambiguas y contradictorias, que involucran al capital globalizado e instituciones y esferas gubernamentales. Éste es el foco de discusión, la creación del territorio ribereño del Xingu, región de Altamira, etapa de transformaciones debido a la instalación del proyecto hidroeléctrico Belo Monte y el concepto de frontera como elemento interpretativo articulado en medio de las transformaciones del territorio ribereño. En términos metodológicos se realizó un estudio cualitativo que involucró una investigación bibliográfica y documental en fuentes académicas e impresas. Se pretende realizar reflexiones sobre el concepto de desarrollo, de frontera y dos impactos socioambientales sobre el territorio, así como, a partir del modelo dialéctico basado en los estudios de Sachs (2008), Esteva (2000), Ribeiro (2008), Becker (2005), Pacheco de Oliveira (2021), Martins (2009), Carvalho (2017), Venturi (2006) y Quijano (2005). Por lo tanto, los bancos se ven impactados por el modelo de desarrollo de la región, sin considerar las confrontaciones sociales con los movimientos contrarios a este modelo occidental.

Palabras clave: Desarrollo; Frontera; Amazonía brasileña; Territorio Ribereño; Región Xingu.

Introdução

A noção do termo desenvolvimento ganha sua máxima após a Segunda Guerra mundial, discussões e debates são direcionados para conceituações construídas pelo discurso e pela ação política em contextos distintos, sobretudo, atrelado ao crescimento econômico (SACHS, 2000). O conceito dicionarizado remete a toda ação ou efeito relacionado com o processo de crescimento e expansão. Historicamente, a ideologia do termo vem sendo transmitida por categorias ampliadas, pela evolução histórica das ideias e

|Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira|

pelas instituições ao longo de vários séculos, principalmente, vinculada ao mundo ocidental e capitalista.

A Amazônia, como cenário desses processos históricos, também fronteira de conflitos e dilemas sociais vivencia ao longo da trajetória episódios de muitas tensões políticas, econômicas e sociais articuladas ao modelo colonial, emoldurados pelo grande capital e efetivamente implementada pela ação governamental. As transformações econômicas são idealizadas a partir de projetos de desenvolvimento, permeadas por discursos de expansão, crescimento, progresso econômico, neste mesmo caminho observa-se a intensificação de conflitos sociais, ambientais, políticas de ocupação e exploração desenfreada.

A região amazônica tem como *locus* empírico, inúmeros projetos “faraônicos”, exemplo disso, a construção de hidrelétricas, elaboradas por demandas externas, ora executados hierarquicamente, sem mensurar os danos causados aos povos que aqui habitam, e os prejuízos socioambientais à natureza pelo uso de grande parte do território amazônico. Para Lima; Pozzobon (2005) estes empreendimentos capitalistas apresentam orientação puramente lucrativa.

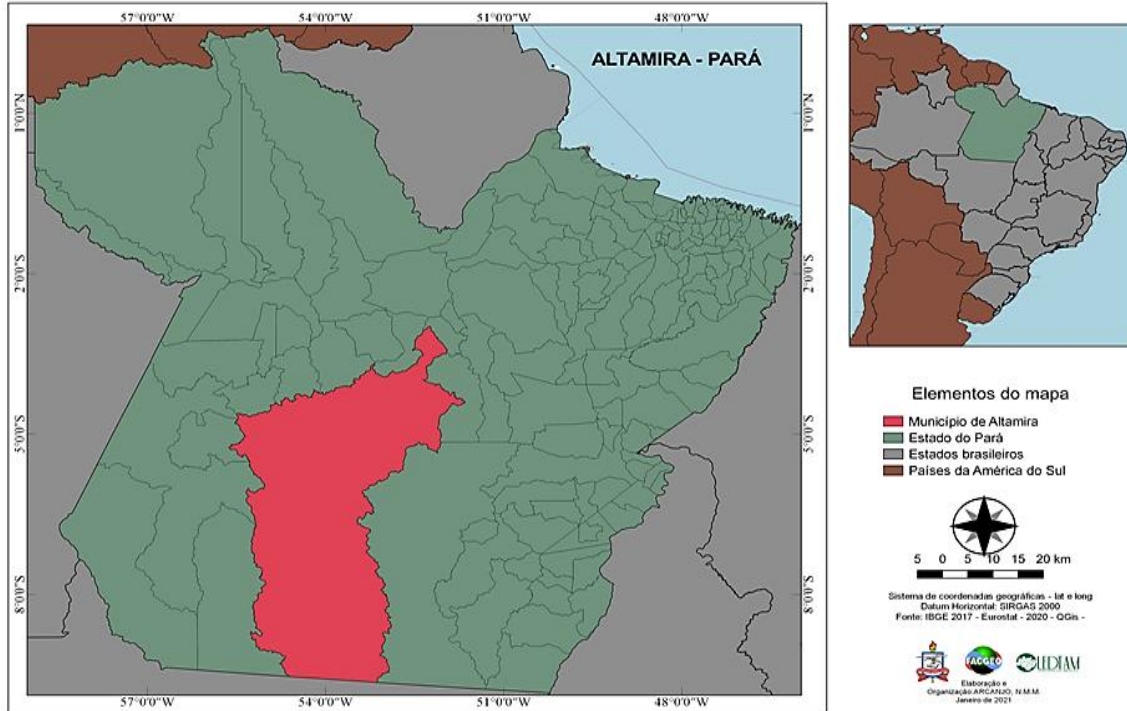
Em “*Os rostos da Amazônia ou deslenda rural*”, o poeta paraense Paes Loureiro retrata em sua estética literária a reflexão sobre os enfrentamentos ocorridos no contexto amazônico, as perdas irreparáveis de pessoas e dos bens naturais. A destruição imposta, pelo grande capital vem rasgando tudo o que há pela frente. Toda e qualquer riqueza está sendo usurpada e fere aqueles que resistem.

Os rostos amazônicos estão transfigurados nas linhas do poema, o valor dado, pago e gasto pelo grande capital, devastam, destroem e matam. As relações de poder operam mediante a dominação do outro, violentamente centralizam e controlam todas as formas de produção de trabalho. O capital está sempre nas “mãos” do colonizador “rasgam o rosto da terra”, do invasor “remos do latifundiário rasgam o rosto das águas”, do conquistador “rasgam o rosto dos homens” (LOUREIRO, 2021, p. 117).

O presente artigo pretende fazer uma leitura crítica em torno dos embates e impactos socioambientais no contexto da criação do território ribeirinho do Xingu, em Altamira-PA. O modelo desenvolvimentista para a Amazônia exhibe políticas ambíguas e contraditórias, através do capital globalizado, das instituições e esferas governamentais, visando o jogo de interesses econômicos dos grandes projetos executados na Amazônia.

Este é o *locus* de discussão, a criação do território ribeirinho do rio Xingu, região de Altamira, conforme o censo/IBGE (2022), o município apresenta área de 159.695.938 km², maior município do mundo em extensão territorial, como indica a Figura 1.

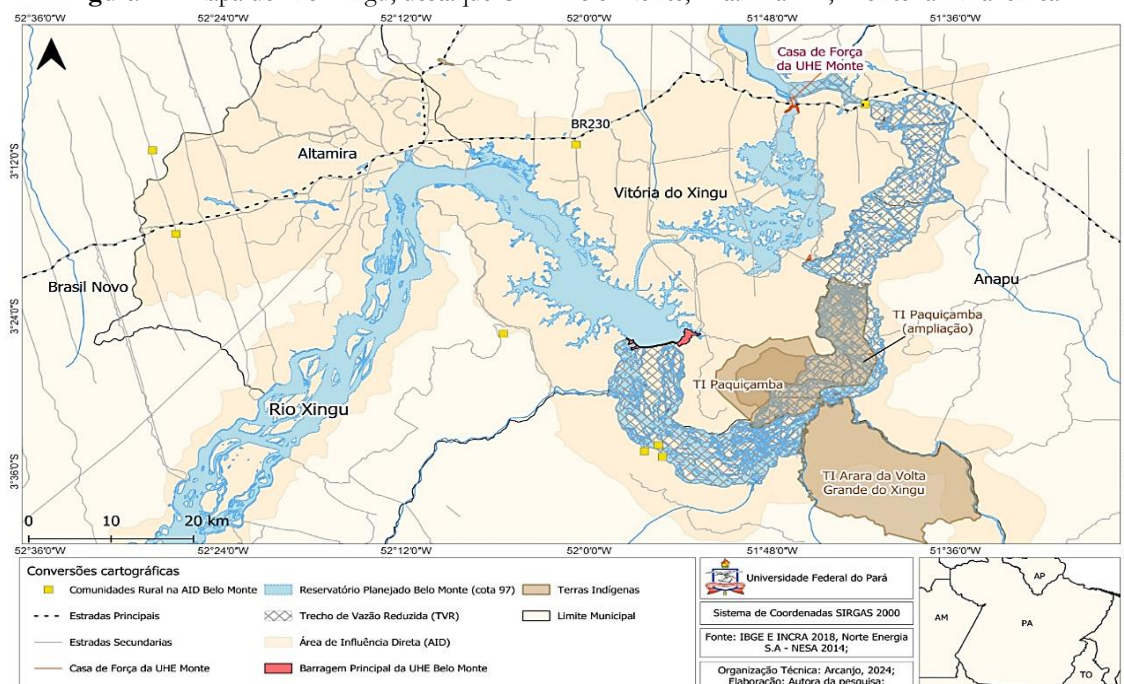
Figura 1 – Mapa do Brasil, destaque para o Estado do Pará e município de Altamira, Amazônia Brasileira.



Fonte: LEDTAM – Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia, 2021.

Localizado no sudoeste Estado do Pará, seu amplo território é cortado de norte a sul pelo rio Xingu, abrigando diversas populações: ribeirinhos, indígenas e quilombolas habitantes deste importante território da Amazônia brasileira. Neste contexto de fronteira, o Rio Xingu ganha destaque, especialmente com o empreendimento da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Mapa do Rio Xingu, destaque UHE Belo Monte, Altamira-PA, Fronteira Amazônica.



Fonte: Bases técnicas do IBGE/INCRA/NESA, 2024.

|Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira|

Esta é a arena de transformações, embates e impactos socioambientais, devido à instalação do empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte. Em termos metodológicos, foi conduzido um estudo qualitativo que envolveu levantamento bibliográfico e documental em *sites* acadêmicos e jornalísticos, em se tratando do *corpus* para tal temática buscou-se em teses, livros e artigos referências pertinentes à discussão, este passo fez parte do procedimento da pesquisa, sobretudo para emoldurar um caminho de debate teórico no contexto da fronteira amazônica.

Pretende-se então, fazer esta análise com reflexões acerca do conceito de desenvolvimento e dos impactos socioambientais no território ribeirinho, bem como, a partir do modelo dialético baseado nos estudos de Wolfgang Sachs (2008), Gustavo Esteva (2000), Gustavo Lins Ribeiro (2008), Bertha Becker (2005), Pacheco de Oliveira (2021), José de Souza Martins (2009), André Carvalho (2017), Luis Venturi (2006), Anibal Quijano (2005), dentre outros visualizados no decorrer da escrita. Para tanto, os ribeirinhos são impactados pelo modelo de desenvolvimento na região, sem contar com os enfrentamentos sociais advindo do modelo econômico desenvolvimentista. Cabe ressaltar que o termo “ribeirinhos” é uma categoria genérica usada dentro do campo sociológico. No contexto do rio Xingu, eles são chamados “ribeirinhos” ou “beiradeiros”, por ocuparem e viverem nas margens e beiradas do rio.

Para isso, primeiramente apresentam-se algumas categorias vinculadas ao crescimento econômico que contribuem para o debate sobre o termo em análise, destacando uma discussão sobre desenvolvimento como discurso de poder e impactos socioambientais. Em seguida uma reflexão sobre a noção de fronteira em perspectiva, o interior da Amazônia no rio Xingu e, posteriormente, como é pensado o desenvolvimento para a Amazônia. Por último, o contexto impactado por este modelo, as contradições em meio à criação do território ribeirinho e o ribeirinho sem rio, aqueles que ligados umbilicalmente ao rio, à ilha, à pesca foram desterritorializados por Belo monte.

Assim, o artigo faz uma reflexão acerca do conceito de desenvolvimento na sua concepção ideológica e de como isso vem sendo construído hierarquicamente, bem como, na sua dinâmica e maximização do modelo capitalista na conjuntura de fronteira amazônica e no contexto da criação do território ribeirinho no rio Xingu, em Altamira, Estado do Pará na Amazônia brasileira.

Desenvolvimento: discurso de poder e impactos socioambientais

O termo desenvolvimento compreende um axioma tido como componente fundamental, de verdades que pretendem se afirmar como inquestionáveis. Ele se demarca pela conjuntura histórica, política e econômica, envolto pelo discurso de poder das grandes potências mundiais, sobretudo atrelados ao crescimento econômico. Estudos voltados para esta temática tornou mais evidentes, com o desenho institucionalizado diante das transformações vigentes da estrutura do capitalismo.

Neste campo, não se pode minimizar sua complexa rede ideológica de poder. Ao longo dos séculos, o conceito de desenvolvimento vem se deslocando, a partir de sua visão hegemônica, através de um sistema de crenças arraigadas a sinônimos como progresso, crescimento, expansão, entre outros. Não deixa de ser um recurso ideológico e utópico que gerencia toda a lógica de verdade e ordem natural pensado a partir do mundo ocidental “o desenvolvimento como sistemas de crenças tem sempre sido marcado por leituras particulares do passado e por formulações sobre o futuro em escalas globais” (RIBEIRO, 2008, p. 117).

Para Sachs (2000) o conceito de desenvolvimento foi construído a partir de um marco referencial, com concepções de mundo consolidadas a uma estrutura do pensamento ocidental “[...] é uma percepção que molda a realidade, um mito que conforta sociedades [...]”, por isso, figura-se numa metáfora enraizada na gênese das estruturas eurocêntricas, perpassando a ideia por gerações até chegar ao mundo moderno. Mesmo o autor afirmando que o termo se fragmentou e tornou-se obsoleto, a dinâmica desenvolvimentista continua a pairar sobre os contextos periféricos, a exemplo da América Latina, foco em debate a Amazônia brasileira.

De acordo com Esteva (2000), no discurso de Truman, em 1949, a expressão usada “subdesenvolvido” ao se referir ao sul, cria-se um novo significado, o desenvolvimento passa por uma estruturação ideológica, uma metáfora enraizada como controle do norte sobre os outros países, novamente um discurso de poder construído, a partir do simbolismo hegemônico americano. “A metáfora desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental” (ESTEVA, 2000, p. 63). Nesta sequência, o subdesenvolvimento torna-se a categoria de inferiorização, subjugação e subordinação determinada pelo europeu para com o não-europeu. Há uma absorção do poder colonial através da manipulação do pensamento e do comportamento de toda uma sociedade “corrói a autoconfiança e a confiança em nossa própria cultura” (ESTEVA, 2000, p. 61).

As noções de modernidade e Colonialidade do poder, mobilizadas, por Anibal Quijano (2005) constituem-se com as relações na atual conjuntura de interesses econômicos sobre a Amazônia, ou melhor, as práticas ligadas ao colonialismo europeu

|Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira|

estão associadas ao modelo opressor. O sociólogo peruano Quijano assevera que o padrão de poder se estabelece a partir da ideia de raça, para fazer distinção identitária entre os povos, sob a perspectiva de classificação dos seres humanos do europeu sobre o não-europeu, isto legitimou o processo de colonização e dominação. Na América, se valida às ideias de distinção do colonizador-colonizado, a raça entra como primeira categoria mental, por isso, a ideia ideologicamente construída de subjugação imaginada e naturalizada pelos colonizadores. Numa segunda categoria está o controle do trabalho, dos recursos naturais, dos produtos em favor do mercado e do capital (QUIJANO, 2005).

Essas categorias estão voltadas para o processo de colonização. O olhar europeu desqualifica os sujeitos e invisibiliza os conhecimentos dos povos considerando-os como subalternos, mesmo com o fim da colonização através da independência dos países, as estruturas coloniais se mantêm com outras características, a dominação perpetuada, por meio do poder manifestado pela apropriação e pela exploração dos meios materiais e econômicos. O controle do poder mundial feito pela Europa e os Estados Unidos, historicamente estão no topo dos países industrializados, isto, tem sido evidenciado de modo mais abrangente sob a hegemonia e controle das subjetividades, como a cultura, conhecimento e produção de conhecimento, isto é, com um sistema dominante e atuante em quaisquer esferas da sociedade.

Quijano (2005) ao constituir a categoria mental raça, segundo os estudos decoloniais instaura-se o domínio colonizador-colonizado e, a Europa no seu auge, detentora do poder e do conhecimento cria a classificação de superioridade de um povo sobre o outro.

A Amazônia é uma invenção e uma idealização do colonizador, por isso, até agora, os resquícios desse processo histórico estão imersos por ideologias ou mesmo por ideias fantasiosas/performáticas – paraíso como o jardim do Éden descritos bíblicamente, ou outra em outras descrições aparecem como Eldorado – lugar de fartas riquezas e juventude eterna. Erroneamente, descritas e articuladas por um discurso eurocêntrico do europeu sobre o não-europeu, ganha-se repercussão, pois, o europeu tinha conquistado e descoberto o Novo Mundo. A Amazônia foi ao longo da história criada a partir de modelo idealizado pelo europeu, fica nítido nas várias obras as interpretações de escritores e estudiosos que foram sendo cristalizadas no decurso da história (GONDIM, 2007).

Gondim (2007) na obra *“A Invenção da Amazônia”* mostra muitas imagens criadas da cultura do outro, o olhar do europeu sobre outros povos, a dominação a partir do eurocentrismo, centralizadas na ideia de inferioridade do outro. O descobrimento é uma ideia forjada sob a perspectiva da história colonial europeia e enveredada pela expansão das ideias, como, por exemplo, nas narrativas hiperbólicas, míticas, infernais e paradisíacas

levadas ao mundo sobre uma Amazônia, criadas e recriadas com discurso baseado em suas próprias referências europeizadas.

A contextura amazônica, como palco de conveniência políticas e econômicas têm fortificado a ideia de desenvolvimento, tal qual a coerção do capital mundial e a pressão global via capitalismo corporifica uma geração vertiginosa ao lucro corporativo. Nos estudos pós-coloniais ou o giro decolonial cunhado por Maldonado-Torres (2005) tem mostrado este contexto, a partir de uma criação eurocêntrica, colonial e moderna sobre os povos colonizados. Entre as discussões Quijano (2005) elaborou concepções acerca da colonialidade do poder, com perspectivas eurocêntricas criadas a partir do olhar europeu sobre o novo mundo ou mundo subalterno.

Os desdobramentos dessas narrativas de poder criadas pelo colonizador continuam a espalhar-se, sobretudo, em eventos em que o meio ambiente se configura como áreas de interesse aos modelos de desenvolvimento. Criam-se um “novo frenesi” para o desenvolvimento, impondo e controlando os recursos naturais, em consequência entra os pacotes desenvolvimentistas, a exemplo, na Amazônia, onde os governos priorizam a integração, através de grandes projetos e empreendimentos de exploração e infraestrutura.

Foi somente na década de 70, sob o impacto somado a crise do petróleo, que começou a ficar claro para os governos que o crescimento econômico contínuo não apenas dependia da formação de capital ou mão de obra qualificada, mas também da disponibilidade em longo prazo de recursos naturais (SACHS, 2000, p. 119-120).

Os impactos socioambientais, particularmente em territórios como a Amazônia, estão incluídos no potencial do sistema capitalista de produção, os grandes projetos de infraestrutura e construção de hidrelétricas, sem sombras de dúvidas, os maiores causadores de profundas transformações e desequilíbrio natural e social.

A Amazônia torna-se cenário histórico onde o ciclo dos grandes empreendimentos se consolida no Brasil. A exemplo, o projeto da ferrovia Madeira-Mamoré, Rodovia Transamazônica, Hidrelétrica de Tucuruí e a Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira-PA, dentre outros. Segundo Martins de Souza; Souza (2021, p.108) os discursos sobre desenvolvimento na Amazônia estão pautados do crescimento econômico e como mecanismo, o governo usava de propagandas e discursos para mostrar que o país estava no caminho, como potência mundial.

Os projetos pautavam-se em desenvolver o país a partir da exploração da Amazônia, ignorando os profundos impactos que grandes empreendimentos causam sobre populações que dependem dos territórios e da floresta para seus modos de vida, como os povos indígenas, quilombolas e os ribeirinhos (MARTINS DE SOUZA; SOUZA, 2021, p.108).

As grandes obras pensadas de cima para baixo, dentro de um modelo econômico que visa o capital mundial gera crescentes impactos socioambientais, sobretudo na fronteira no interior da Amazônia, os dilemas tornam-se mais efervescentes, as dinâmicas políticas e sociais influenciam drasticamente populações que habitam a região do Xingu. Nesta perspectiva, fronteira será abordada como categoria histórica por está em constante transformação, em meio ao discurso hegemônico, eurocêntrico e capitalista que mutila as culturas, os saberes e subalterniza aqueles os povos a favor do capital.

Fronteira no interior da Amazônia – Rio Xingu

A noção de fronteira no campo das ciências humanas e da geopolítica ganham novos olhares e perspectivas diferentes, sobretudo em meio aos modelos de desenvolvimento acompanhado dos ciclos históricos capitalistas e eurocêntricos ao longo da história, ainda com a incorporação de elementos do contexto político, econômico e cultural. Ao colocar a Amazônia neste contexto de fronteira, figura-se como um lugar frequentemente usurpado desde a colonização.

Em aspecto mais teórico a criação de uma fronteira, segundo Pacheco de Oliveira (2021) parte de um movimento impositivo de efeito ideológico baseado em Frederick Jackson Turner, bem como, o sociólogo Martins (2009) também critica os ideais deste autor, pois, apresenta uma omissão dos conflitos contra os povos que se encontravam nos territórios, além do mais, discursos e políticas desenvolvimentistas em todo o processo desencadeia desigualdades sociais das populações. Cabe aqui compreender na concepção de Martins (2009) que fronteira é concebida além do campo geográfico, ou seja, trata-se de um lugar de conflitos dentro de contextos sociais e processos históricos, como assegura o autor:

[...] a situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte, porque mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas[...] (MARTINS, 2009, p. 182).

Corroborando nessa mesma visão, o estudioso Torres (2012) guia-nos pelos meandros teóricos-metodológicos sobre o *front* e fronteira, no que diz respeito os alicerces conceituais de fronteira, elas são guarnecidas de designações e formulações próprias de um estudo ou de outro. Contudo, em efeitos mais significativos para pensar a fronteira amazônica, como este lugar de história e multiplicidades sociais e culturais, cabe ressaltar

que as realidades estão em constantes mudanças, assim, afirma: “A fronteira seria o lugar da modernização e da transformação mais dinâmica da sociedade” (TORRES, 2012, p.79).

Regiões da Amazônia tem sido palco de muitas intervenções, principalmente feitas por governos militares através de programas oficiais como a Amazônia Legal através da Sudam – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, em 1966 e o Programa de Integração Nacional para ocupar os “vazios da Amazônia”, exemplo desta nova fronteira:

A obra que expressaria melhor a criação desta nova fronteira seria a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), cujo marco zero estava em Cabedelo, na Paraíba, seguindo longitudinalmente para o oeste, atravessando Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, numa extensão de 4.260 km [...]. Esta malha rodoviária projetada sobre a floresta amazônica nela criava quase 15 mil km de sulcos profundos, desmatamento e intensos trabalhos, com movimentação de grandes contingentes humanos, tendo um impacto muito grande sobre os povos indígenas e o meio ambiente (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021, p. 09-10).

Em consonância aos ideais de desenvolvimento, Carvalho (2017, p. 137) assegura que “a invenção institucional da Amazônia Legal permitiu que a União, como agente principal, planejasse e executasse sua política de ocupação e desenvolvimento passando por cima dos interesses dos atores da região amazônica”. Ou seja, as políticas são geridas e guiadas pelo modelo designando à Amazônia, um cenário de disputas marcadas pelo posicionamento imperialista e pelos mandos de desmandos do capital internacional. Tais políticas corroboram com a formação e ocupação da fronteira no país pelos meandros dos discursos e conceitos propagados pelo governo federal.

[...] O fato de o governo federal, através da SUDAM e do BASA, dirigir e concentrar seus gastos em infraestrutura econômica de suporte ao grande capital revelou sua postura, frente ao grande capital nacional e transnacional, como principal agente desenvolvedor das forças produtivas sociais no processo de ocupação da fronteira da Amazônia brasileira. Contudo, os efeitos dessa estratégia, proporcionada pelas organizações do Estado, acabaram por criar várias zonas de conflitos sociais na luta pela terra (CARVALHO, 2017, p. 144).

Nesse contexto, a imposição dos moldes de desenvolvimento segue um fluxo contínuo de desigualdades sociais, populações tradicionais ficam em meio as grandes obras, como aberturas de rodovias e a criação de hidrelétricas na região Amazônica e os governos não as beneficiam de nenhuma forma. O rio Xingu, em Altamira, no Estado do Pará é também uma nova fronteira, onde os dilemas são notórios, transformações nos modos de vida dos ribeirinhos impactam a sobrevivência no rio, conseqüentemente, com a construção de Belo Monte esses povos foram deslocados de seus lugares e de suas ilhas.

| Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira |

O *locus*, aqui posto em discussão, ao entorno do rio Xingu com a proposta de criação de território ribeirinho, Figura 3 com uma imagem do rio próximo à Altamira – espaço territorial impactado pela construção da hidrelétrica.

Figura 3 – Rio Xingu próximo ao cais, cidade de Altamira-PA.



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, 2023.

Contudo, se desenha na percepção de Pacheco de Oliveira (2021) como uma fronteira conceitual e não empírica, mesmo o Estado tratando a Amazônia como elemento de expansão, desenvolvimento e lucro, a fronteira – rio Xingu é lugar do povo ribeirinho, recinto de dinâmicas sociais e culturais, sobretudo de luta pela territorialidade. Ao olhar essa fronteira sob novas perspectivas, significa ultrapassar os conceitos já enraizados pela ideologia e pelo capitalismo. Sobre essa questão, Pacheco de Oliveira (2021) assevera:

O que a meu ver torna a fronteira um poderoso instrumento de investigação social é que ela articula ações relativas a direitos e propriedades com a produção de identidades sociais (outrificação), de maneira a engendrar linhas de inclusão e exclusão que irão dirigir de forma considerada legítima o uso e a apropriação de recursos econômicos. A criação de uma fronteira corresponde à destituição de direitos precedentes, de uma população (no caso nativa) cuja existência está assentada no uso de recursos locais, os quais, por uma intervenção unilateral do poder, são declarados passíveis de uso e apropriação por outros agentes econômicos. A fronteira não pode existir sem uma forma manifesta ou velada de execução da violência e, no limite, da guerra, implicando na negação de direitos precedentes, sem o que os espaços assim definidos não poderiam passar ao controle de novos donos (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021, p. 18).

Ao tratar o espaço amazônico como fronteira, seja pioneira ou expansão, segundo este mesmo estudioso, o projeto geopolítico gira em torno do capitalismo neoextrativista, de todo modo o sistema capitalista cria outras maneiras de se apropriar das riquezas da Amazônia, através de ciclos de acumulação e/ou produção, inteiramente relacionada à dinâmica reprodutiva mundial.

A despeito, conforme Becker (2005) sobre a Amazônia, a geógrafa ratifica “como fronteira do capital natural ao nível global, em que se identificam dois projetos: o primeiro é um projeto internacional para a Amazônia, e o segundo é o da integração da Amazônia, sul-americana, continental” (BECKER, 2005, p. 74).

A demanda lógica do desenvolvimento em nome da soberania do Estado opera em larga escala, sobretudo, controlando grandes espaços, estes situados na Amazônia, seja na apropriação de recursos ou na consolidação de projetos faraônicos na região, trazendo efeitos em sua ocupação, perda de territórios, degradação ambiental, uma cascata estrutural e simbólica aos povos da Amazônia “[...] os territórios que constitui se tornam um lugar de ampliação das desigualdades, de formas de trabalho compulsórias e de experimentação de modos predatórios de geração de riquezas e acumulação de capitais” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021, p. 23).

Martins (2009), ao destacar fronteira como um lugar sociológico, nos encaminha a pensar sobre os espaços de conflitos e dilemas vivenciados pelos povos da Amazônia. Em meio a fronteira, no rio Xingu, emerge muitos dilemas sociais, perda dos territórios, mudanças das dinâmicas culturais com o rio, fluxo sustentável com as espécies de peixes, etc. De fato, no Xingu, o espaço onde foi construída a hidrelétrica de Belo Monte está muito bem ilustrado na Figura 4, mostrando a transformação da área que antes era um rio e agora se tornou um “lago”.

Figura 4 – Hidrelétrica de Belo Monte e o “lago”



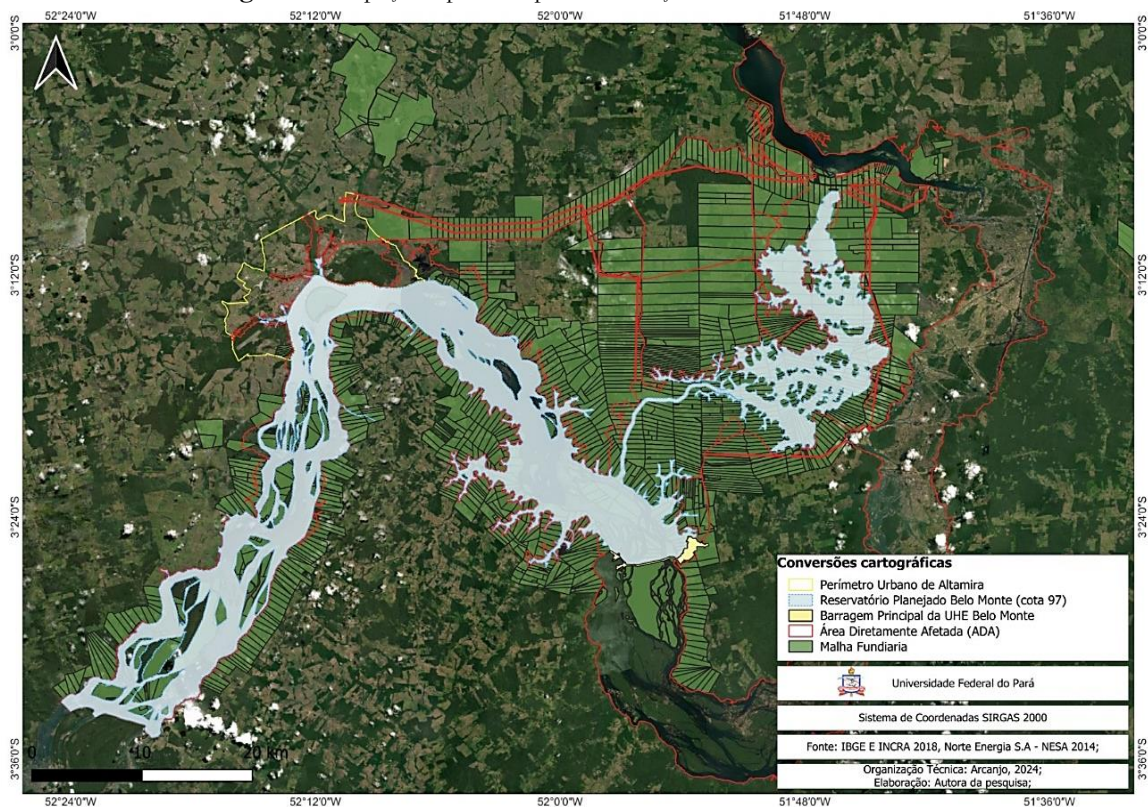
Fonte: Acervo fotográfico da pesquisadora, 2023.

Os ribeirinhos foram deslocados compulsoriamente de suas moradas do rio Xingu, assim os modos de vida foram impactados, em consequência as mudanças socioambientais

[Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira]

pelo barramento das águas, desestabilizam as relações de produção, de trabalho, de organização social e natural do ambiente, sem contar com a perda da territorialidade. A Figura 5 mostra o espaço impactado pela construção de Belo Monte, a área diretamente afetada demarcada em linha vermelha é um demonstrativo desses lugares onde as mudanças sociais, culturais e ambientais sofreram efeitos da ação humana sobre a natureza, consequentemente os moldes de desenvolvimento para a fronteira amazônica se revela dessa forma.

Figura 4 – Espaço impactado pela construção da UHE Belo Monte



Fonte: Bases técnicas do IBGE/INCRA/NESA, 2024.

Percebe-se, desta forma, que os projetos de desenvolvimento, no caso, a construção de Belo Monte foi pensando numa fronteira onde populações tradicionais não são beneficiadas no processo. Becker (2005) em estudos sobre colonização e fronteira na Amazônia, aponta impactos gerados em todo processo histórico. A autora (2005) afirma que a fronteira é um lugar que gera realidades diferentes, pontua a questão da conectividade regional como elemento articulador local e nacional.

Ela pondera, ainda, que fronteira não pode ser tratada somente como *locus* de expansão do Estado, pois os atores sociais têm compreendido sua mobilização em torno de si próprios “[...] nela, a sociedade civil passou a ser um ator fundamental, tanto no campo como nas cidades, especialmente pelas suas vindicações de cidadania, que inclusive influem no desenvolvimento urbano” (BECKER, 2005, p. 73). No palco conflitante das

reivindicações, os povos da região de Altamira resistiram até o último momento para não construção de Belo Monte, mas foram vencidos pelo modelo geopolítico organizado para a Amazônia e iniciou a construção ao longo do leito do rio Xingu em 2011. Assim, a autora afirma:

que a fronteira é um elemento estrutural do crescimento econômico no Brasil, mas hoje depende da conjuntura; ou seja, ela se expande ou se retrai em função da conjuntura econômica e política. É, portanto, um conceito espaço-temporal [...] a Amazônia não é mais mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores (BECKER, 2005, p. 82).

Em suma, a fronteira é lugar de contradições políticas, econômicas, sociais e ambientais, acontece em meio ao processo de ressignificações que são postas diante de uma economia do desenvolvimento. Esta, bem como situada na discussão ainda vem permeada de ideologia firmada no modelo de desenvolvimento implementado para a Amazônia. Considerando a fronteira ser um conceito espaço-temporal, a discussão nos permite fazer uma ligação com Venturi (2006), no que concerne uma proposição conceitual sobre recurso natural, o autor assegura que:

Os recursos naturais são componentes da paisagem geográfica, materiais ou não, que ainda não sofreram importantes transformações pelo trabalho humano e cuja própria gênese independe do Homem, mas aos quais foram atribuídos, historicamente, valores econômicos, sociais e culturais. Portanto, só podem ser compreendidos a partir da relação Homem-Natureza (VENTURI, 2006, p. 16).

Conforme Venturi (2006), essa relação homem-natureza são mediadas dentro da paisagem geográfica, por situações que combinam o uso do recurso e o valor historicamente atribuído e isto determina as formas como as organizações sociais serão compreendidas. Para tanto, qualquer forma de interação homem-natureza haverá modificação no ambiente. Como afirma o autor:

De qualquer forma, sempre haverá alguma alteração no ambiente, seja na exploração, apropriação ou no uso dos recursos naturais. Tais alterações podem tornar-se negativamente impactantes se a apropriação dos recursos desconsiderar as dinâmicas naturais, e/ou orientar-se por procedimentos não éticos. Além da demanda, da ocorrência e de meios técnicos, a apropriação e uso dos recursos naturais podem depender, também, de questões geopolíticas, sobretudo, quando se caracterizam como estratégicas, envolvendo disputas entre povos. Se, por um lado, as dinâmicas naturais explicam a riqueza de recursos naturais que algumas nações apresentam, as dinâmicas sociais podem explicar a não correspondência direta entre disponibilidade de recursos naturais e bem estar e desenvolvimento humano (VENTURI, 2006, p. 16).

Entre outros aspectos, a construção conceitual acima argumentada pode ser um caminho para pensar como estes modelos sobrepõem as questões geopolíticas no espaço-temporal. Bem como, a fronteira nessa mesma ótica de construção de conceito, ora opera no campo empírico, lugar de quem possui o poder econômico e político, ora no campo simbólico aparece como representação e/ou como produto em construção, ou seja, grupos sociais podem se articular de diferentes formas, em meio as contradições, identidades são criadas pela complexidade da fronteira e através da coletividade marcam também o lugar das coletividades em contextos arbitrários como este no movimento de criação do território ribeirinho, no Xingu.

O desenvolvimento pensado para a Amazônia

A Amazônia não é somente um grande espaço de florestas tropicais do mundo, ultrapassa qualquer conceito cartesiano definido pelo racionalismo. No entanto, alegorias e metáforas foram se desenhando ao longo da história, obtidas através de relatos dos colonizadores como Paraíso Perdido, Eldorado, Inferno Verde, Novo Mundo como lugar de grandes conquistas e exploração (GONDIM, 2017). Sobretudo, ao longo do século XX, a Amazônia ganha novos olhares voltados para a exploração de riquezas na região, a centralidade do crescimento econômico visava o ciclo de novos projetos de exploração, em voga entra em contexto os projetos desenvolvimentistas.

De acordo com Martins de Souza, “a década de 1970, a região foi colocada no centro da cartografia desenvolvimentista, como o eixo de uma série de projetos que possibilitariam alçar o Brasil à condição de potência mundial” (MARTINS DE SOUZA, 2018, p. 28). Com os grandes projetos a Amazônia é levada para o centro da política de desenvolvimento, em consequência, a região torna-se área de interesses voltados para o capital mundial, implicando ainda nos dramas vividos pelos povos, violações de direitos e impactos socioambientais.

[...] destaca-se que o país viveu uma política econômica desenvolvimentista, guiada pelos militares que impuseram ações sobre a Amazônia com base no pretexto do vazio demográfico da área. O crescimento econômico neste tipo de concepção é confundido com melhorias na qualidade de vida, como se fosse uma resposta automática ao desenvolvimento a diminuição dos problemas sociais; no entanto, o crescimento econômico do país, na época, não resultou na distribuição da riqueza, aumentando as desigualdades socioeconômicas e, por consequência, fazendo crescer a desigualdade social no Brasil (MOREIRA; RIBEIRO, 2020, p. 109).

A região amazônica tendo o maior potencial de biodiversidade é também lugar de grandes conflitos, embates e interesses econômicos. A geógrafa Bertha Becker mostra em

seus estudos, sobre a Amazônia, que o desenvolvimentismo teve seu auge entre os anos 1960 a 1980, com o Programa de Integração Nacional (PIN). Os projetos incentivados pelos governos provocam intensos conflitos sociais e ambientais na região amazônica.

Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência (BECKER, 2005, p. 71).

Outros desdobramentos conflitam com as perspectivas clássicas do desenvolvimento, e reconhecem como modelo autodestrutivo, pois, se tornou fracassado na sua estrutura socioeconômica, e os resultados negativos, impactos e desastres são vistos na crise ambiental no planeta, sobretudo, no gerenciamento das políticas de desenvolvimento para a região amazônica.

Os grandes projetos foram pensados para a Amazônia de forma a lucrar no mercado mundial, e com propósito econômico e exploratório. Exemplos: A Ferrovia Madeira-Mamoré, na narrativa do escritor amazonense Márcio Souza (1985) traz o retrato brutal no romance histórico *Mad Maria*, o pano de fundo da narrativa ficcional é outro grande projeto inserido na Amazônia – Norte do Brasil – Rondônia, com ideia do capital exterior para ser o maior projeto arquitetônico em plena floresta Amazônica, o governo brasileiro objetivava o “progresso e desenvolvimento”, o crescimento econômico da região, com as parcerias dos Estados Unidos e Inglaterra.

A rodovia Transamazônica (BR-230) teve sua construção iniciada em 1970, no governo do general-presidente Emílio Garrastazu Médici e, segundo Martins de Souza (2015), foi um projeto civilizatório, de colonização e ocupação da Amazônia, com objetivo de desenvolvimento da região atravessando o país de leste a oeste entre Estreito no Maranhão a Lábrea no Amazonas, ignorando as populações tradicionais e urbanas da região, pois, visava abrir amplas frentes de migração em seus territórios.

Integração, Desenvolvimento e Planejamento se tornaram “mantras” nacionais. Integração, naquele contexto, era colocar a Amazônia em conexão com as demais regiões do país. Desenvolvimento, por sua vez, dizia respeito, não somente à ocupação do imenso vazio demográfico, mas especialmente à criação de empreendimentos agroindustriais e agropecuários, comércio e, como condição fundamental, o povoamento. O objetivo mais urgente, porém, que subjazia nestes projetos governamentais militares era o de amenizar as pressões advindas das tensas insatisfações sociais, ligadas a questões agrárias, que ocorriam tanto no Nordeste como no Sul do país, para isso sendo necessário despovoar aquelas regiões com excesso de mão-de-obra e povoar as que estavam desocupadas. Esta era a base da célebre frase pronunciada por Médici: “Uma terra sem homens para homens sem-terra” (COSTA; MARTINS DE SOUZA, 2018, p. 82).

|Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira|

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com operação desde 2016, no rio Xingu, no Pará, conforme Fainguernt (2013), foi um projeto polêmico e até hoje enfrenta resistência social na região, pois, houve desrespeito aos direitos das populações e as condicionantes impostas pela legislação, como reparação socioambiental, não foram implementadas efetivamente.

Belo Monte é considerada a maior usina “100% brasileira” e, com um orçamento de cerca de 28 bilhões de reais, apresentou um processo de licenciamento ambiental polêmico. O projeto original da usina data de 1975, ainda durante a ditadura militar, quando o Brasil passou a privilegiar grandes centrais hidrelétricas a partir de um projeto desenvolvimentista, ligado a uma narrativa de necessidade de segurança energética. Após os primeiros estudos de aproveitamento hidrelétrico no rio Xingu, Belo Monte enfrentou ampla resistência social e somente foi retomada como prioridade do Governo em 2001 (FAINGUERNT, 2013 *apud* FAINGUERNT, 2020, p. 44).

Os impactos socioambientais abarcam muitos dos municípios ao entorno da região de Altamira, ainda são sentidos e percebidos de diferentes formas, seja nas expropriações compulsórias do território, seja na interação com rio no cotidiano da pesca e na subsistência das famílias que foram impactadas pela construção da Usina de Belo Monte.

Os grandes projetos mencionados apresentam, em síntese, o retrato das consequências sociais decorrentes do desenho de desenvolvimento imposto à Amazônia. Os efeitos de desenvolvimento são contraditórios e aparentes, gerando impactos socioambientais.

Portanto, em meio as políticas de desenvolvimento pautadas no crescimento econômico, se desalinha por não gerar bem-estar e qualidade de vida as populações atingidas. O modelo exibido para a região amazônica não considera as dinâmicas sociais dos povos, além de grande perda da biodiversidade, poluição dos rios, expropriação, entre outras implicações no modo de vida das populações tradicionais.

Espera e contradições para a criação do território ribeirinho

Diante do contexto da construção da barragem (Usina Hidrelétrica de Belo Monte), na cidade de Altamira, Estado do Pará, o rio, os povos indígenas e os ribeirinhos foram os mais afetados. Os impactos socioambientais são duradouros para os que habitam a região do rio Xingu e são visíveis os dramas das populações impactadas pelo empreendimento. Entrevistas, narrativas, reivindicações são expostas em noticiários e colunas jornalísticas que tratam sobre a temática, e a luta por dignidade e direito ao território são exibidas nas mídias nacionais e internacionais.

A Agence France-Presse (AFP), Agência Internacional de Notícias, denunciou, através de uma série de reportagens, os efeitos negativos da implantação de Belo Monte como, por exemplo, a seca de muito locais, os peixes e tracajás que não se reproduzem mais, mudando todo o cotidiano da pesca das populações tradicionais (AFP, YOUTUBE, 2022).

No G1, mais uma notícia sobre Belo Monte, a concessionária Norte Energia S.A. pretende construir na Volta Grande do Xingu soleiras vertentes, tal proposta é vista por ambientalistas e órgãos que acompanham a situação do rio como mais um impacto ambiental, com desvios de água para geração de energia nas barragens e agora pode sofrer com mais inundações (G1, 2023).

Na coluna, *El País*, num artigo intitulado: “Belo Monte: a anatomia de um etnocídio”, escrito pela jornalista Eliane Brum (2014) mostra, a partir de uma entrevista com a procuradora Thais Santi, do Ministério Público de Altamira, que Belo Monte é um empreendimento controverso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e, trouxe impactos de grande envergadura para indígenas, ribeirinhos e toda a população ao entorno. Brum (2014, n.p.) define Belo Monte como “uma catástrofe na concretude da vida humana e de um dos patrimônios estratégicos para o futuro do planeta, a floresta amazônica”.

O projeto da construção de Belo Monte muda a dinâmica do rio, a pesca não é a mesma, o ribeirinho fica sem rio, sem esperança e sua retirada compulsória de suas ilhas muda toda interação de vida com a natureza. A referência ao ribeirinho sem rio perpassa por todo o complexo dos contornos e impactos pela implementação de Belo Monte, são povos que antes da barragem tinham como sobreviver, tinham seu lugar para morar e criar os filhos, hoje se vê sem o rio, sem vida, pois, para esses povos o rio significa ter uma vida sustentável e, Belo Monte muda a composição e a lógica de vida dos ribeirinhos, deixando-os sem o rio.

O diagnóstico sobre os impactos podem ser visualizados no relatório produzido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no ano de 2017, intitulado: “Expulsão de Ribeirinhos em Belo Monte”. O documento demonstra os resultados de grupos de trabalhos que mostraram o cenário constituído de muitas lutas, conflitos e resistências por parte dos povos, permeadas por mobilizações na região do rio Xingu. No entanto, o empreendimento não negocia, e sim impõe o projeto de desenvolvimento ao lugar que é adequado a exploração energética, isso fica claro em uma fala feita por uma representante da Leme Engenharia, durante Audiência Pública em 2009, que disse: “Que se adéque a forma de pescar. Quem está acostumado a pescar um tipo de peixe que passe a pescar outro ou que aprenda as novas outras normas” (ALMEIDA; MARIN, 2014, p. 152).

| Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira |

Nessa conjuntura, os ribeirinhos removidos de seus lugares de pesca, de suas ilhas e de seu território luta por reparação pelos danos causados pela construção de Belo Monte. Não é nada fácil, pois, estão num emaranhado político que atrasam a possibilidade de terem um lugar para o reassentamento ribeirinho. Na plataforma “Sumaúma: Jornalismo do centro do mundo” há várias reportagens e artigos que compõem muitos dos embates e problemáticas passadas pelos povos da Amazônia, e a região do Xingu não fica de fora, logo algumas reportagens mostram o panorama Belo Monte e seus impactos.

Antunes (2023), jornalista de Sumaúma traz uma reportagem sobre o território ribeirinho, em março de 2023 reuniam-se senadores e deputados no Sindicato Rural de Altamira (SIRALTA) para discutir a implementação da criação do território ribeirinho, mas sem a presença daqueles que seriam os beneficiados, o conselho composto por ribeirinhos não foi incluído na discussão. Isso porque, foi uma estratégia política para atrasar a condicionante de Belo Monte de reparação aos ribeirinhos, veio a calhar, tal comitiva política na região em benefício de grandes ruralistas, isto é, atrasando ainda mais a criação do território ribeirinho.

Então, o que é a criação do território ribeirinho? Desenhado como um projeto básico¹ de recomposição do modo de vida das famílias ribeirinhas, elaborado pela concessionária Belo Monte, que condiciona o projeto do território para realocar os ribeirinhos para um território à beira do rio. A partir do relatório de reconhecimento social ribeirinho em audiência pública, em mobilização ribeirinha, Ministério Público e outras instituições, em 2016, seguiram-se ações que visavam a efetivação do Território com potenciais locais para a realocação dos ribeirinhos, a projeto é uma proposta coletiva “O parecer técnico 02543.00003/2016-15 ESREG ALTAMIRA/PA/IBAMA reitera a necessidade de “verificar potencial de ocupação de áreas, considerando acesso ao rio e disponibilidade de água” e “de aumentar o quantitativo de áreas ofertadas aos ribeirinhos”” (VILAS-BOAS *et al.*, 2017, p. 347).

No entanto, ainda continuam impasses técnicos, por parte da concessionária, cerca de 300 famílias que tiveram que sair das margens do rio para a construção do reservatório. A aprovação da criação do território já se estende desde 2019 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A compensação e reparação para os ribeirinhos, por um lugar apropriado para a subsistência estende-se ao longo das negociações, a demora parece não ter fim, a empresa descumpre os prazos estabelecidos, não tem a área para a criação do território “justifica sua inadimplência junto

¹ Relatório Técnico (RT) disponível em: <https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica//node/202/edit/2020-08/309011-00184-RIB-GER-RT-003_CR.pdf>.

ao Conselho por alegadas e supostas dificuldades em aquisição das áreas que impactarão propriedades rurais em Altamira” (REDE XINGU +)².

Neste movimento de reconstrução da proposta do território ribeirinho torna-se uma contraposição ao modelo de reassentamento que a empresa vem desenvolvendo na região (ROCHA; SILVA, 2022). O enfrentamento por parte dos ribeirinhos, ministério público e outras organizações sociais do município, com o conselho ribeirinho busca discutir sobre as áreas para a criação do território que possa recompor de maneira digna o modo de vida dos atingidos pela expropriação compulsória de Belo Monte.

O Conselho Ribeirinho foi organizado desde 2016, segundo Cunha (2017, p. 23), como “órgão deliberativo e autônomo destinado a fazer cumprir os princípios de autodeterminação e do autorreconhecimento no processo de reterritorialização” e, tem enfrentado as estruturas políticas que impedem a reparação para os ribeirinhos, como se evidenciou no encontro realizado em Altamira com senadores, deputados e com aliados proprietários de terras, contra o projeto, buscavam discutir meios para impedir a criação do território. O encontro foi promovido por uma comissão de senadores e deputados dos partidos políticos do PL, PSC e Republicanos, em audiência pública, o debate aconteceu no centro de convenções, na cidade de Altamira, reuniram-se em 23 de março de 2023 cerca de 200 pessoas, entre eles ruralistas da região, alguns ribeirinhos e pescadores. A comissão ficou responsável em fazer um relatório e como encaminhamento da reunião, um dos senadores afirmou a possibilidade de apresentar um Projeto de Decreto Legislativo para cancelar as ações do executivo (SBT, Altamira, 2023).

Antunes (2023) na matéria da plataforma Sumaúma, “*Território Ribeirinho, planejado para reparar Belo Monte, é alvo da extrema-direita*”, afirma que:

O Conselho Ribeirinho não foi convidado para o encontro, mas, além dos fazendeiros, havia ribeirinhos que desistiram de ir para o TR, pescadores, oleiros e pessoas de outras comunidades que têm reivindicações ainda não atendidas pela Norte Energia. O foco das intervenções, porém, foram os fazendeiros e posseiros que podem vir a ser desapropriados para a implementação do Território Ribeirinho (ANTUNES, 2023, p.01).

A criação do território ribeirinho está em meio às contradições da região, como o atraso em reterritorializar os ribeirinhos, os políticos reforçam apoio aos ruralistas da região, alimentando um discurso de ataque aos direitos dos ribeirinhos, em suas falas atacam as instituições como IBAMA e Ministério Público pelo atual contexto, na retórica dos políticos, o território não passa de “ficção” por parte das instituições.

² Maiores informações em: <<https://xingumais.org.br/obra/uhe-belo-monte>>.

|Sociedade, recursos naturais e desenvolvimento na(s) fronteira(s) da Amazônia brasileira|

Do outro lado, estão os ribeirinhos em busca do lugar de direito e, na matéria de Antunes (2023), enfatiza a fala da procuradora Thais Santi, a qual buscou ajuda de um grupo de pesquisadores para abordar as demandas dos ribeirinhos, que deu origem ao relatório da SBPC. Na matéria ela afirma que os ribeirinhos sofreram violações em todo o contexto da construção da Usina de Belo Monte e que as instituições, no caso do ministério público, têm o papel de cuidar para que os direitos humanos sejam resguardados.

A expropriação dos ribeirinhos do Médio Rio Xingu, segundo Magalhães (2017), não foi uma expulsão silenciosa, os grandes estrondos das dinamites eram ouvidos a distância e por parte dos movimentos sociais estavam à frente das mobilizações, denunciando e manifestando todas as violações aos povos ribeirinhos. No entanto, para Magalhães (2017) foi silenciada pela construtora que parece não demonstrar preocupação com as populações e não enxergar aqueles que estão em meio ao processo: “[...] prova mais concreta de uma permanente postura de arrogante surdez que acompanha todo o movimento expropriatório desencadeado a partir da construção do complexo hidrelétrico Belo Monte” (MAGALHÃES, 2017, p. 28).

O modo como se opera os modelos dos programas de desenvolvimento via políticas econômicas, se desenrolam dessa forma, de maneira impositiva, a empresa concessionária dita às regras, os grandes projetos na Amazônia são viabilizados numa arena de negociações e disputas na implementação de políticas públicas, em nome do desenvolvimento. Para Moreira e Ribeiro (2020, p. 111), “o desenvolvimento é tratado como campo relacional, em que os discursos produzidos encontram sentido e eficácia simbólica”. No que lhe concerne, o modelo de crescimento econômico, a expansão do capital é equivalente ao discurso do colonialismo.

O contexto ribeirinho no rio Xingu está submerso a trajetória histórica destes projetos, à espera dos direitos, as expropriações compulsórias trazem consequências para os modos de vidas dos ribeirinhos, para as dinâmicas de suas subsistências e para a sobrevivência do próprio rio. Como não observar que esse modelo de desenvolvimento se faz contraditório, aos passos do crescimento econômico, mas o impacto social, cultural e ambiental extrapola uma via ecologicamente e socialmente viável e as populações são cada vez mais subalternizadas em todo o processo dos grandes projetos.

Ribeirinhos “sem rio” e sem território

Ribeirinhos e ribeirinhas foram expulsos de seus lugares pela construção da UHE Belo Monte, em meio ao processo do empreendimento do Governo Federal esboçam-se momentos de violação de direitos e resistência por parte dos movimentos sociais, instituições e dos povos que residem na região. Muitas dessas narrativas dos ribeirinhos estão estampadas no relatório SBPC, com o Ministério Público Federal, na figura da procuradora Dra. Thais Santi, mostraram os desmandos da empresa contra dos direitos dos povos ribeirinhos, assim como, alguns jornais noticiários nacionais e internacionais denunciaram e publicizaram a violação e desastres socioambientais, no processo em que acontecia a expropriação e retiradas compulsória dos povos ribeirinhos de suas casas e de seus territórios.

Na maioria das entrevistas foi relatada uma série de violações dos direitos humanos, que vão desde o não cadastramento de alguns núcleos familiares (filhos e agregados que não foram incluídos no cadastro e correspondente reparação) até situações consideradas arbitrárias e extremamente violentas como atear fogo em casas com os pertences dos moradores em seu interior, desde móveis, eletrodomésticos a itens pessoais, documentos e fotografias. [...] não houve possibilidade de escolha por parte das famílias e as ofertas eram sempre seguidas de frases como: “É pegar ou largar”, “Se não aceitar, você e sua família perdem tudo”, “É isso ou nada”, “Se não estiver satisfeito pode entrar na justiça”; a remoção das ilhas e dos lotes em terra firme se deu sem a proposição de uma alternativa de continuidade dos ofícios na roça, pesca e extrativismo, que garantiam e asseguravam o sustento dessas famílias (DE FRANCESCO *et al.*, 2017, p. 106).

Os atingidos pela construção de Belo Monte tiveram suas vidas retiradas de si mesmos. Quando viram suas casas pegando fogo, quando ouviram que não podiam mais voltar ao seu lugar onde nasceram e se criaram, ou quando assinaram documentos que não sabiam o que significava, que tinham que deixar de fazer o que sempre ficaram, os povos ribeirinhos sofreram transformações drásticas no cotidiano e, substancialmente no modo de vida que levavam no rio. Atualmente são ribeirinhos sem rio. Nas narrativas onde expressam “sem rio”, os ribeirinhos mostram que a vida sem o rio não tem sentido.

Homens e mulheres ribeirinhos apontam para a relação com o rio como orientadora da sua pertinência à comunidade. A atividade de sustento dessas pessoas se fez em torno do rio, de lá tiram o alimento e ali se organizam coletivamente. É também na relação com o rio que vivem sua experiência de saber (KATZ; OLIVEIRA, 2017, p. 224).

Para os ribeirinhos, o relacionamento com o rio é mensurado pelas experiências de vida com a natureza, com o processo das estruturas de trabalho, de subsistência e de interação com todos que vivenciam o cotidiano do rio. Ao sofrerem as transformações como perdas e retiradas de seus territórios, também perdem a lógica do bem de viver, pois,

como poderiam viver sem o rio? “O ribeirinho perde o direito de nomear-se em seus próprios termos; e com isso opera uma redução importante da compreensão de seu modo de vida” (KATZ; OLIVEIRA, 2017, p. 230).

Eliane Brum, no artigo para o *El País*, procurou trazer à baila um retrato de experiências trágicas passadas pelos ribeirinhos de Belo Monte, “*Pescador sem rio e sem letras*” é a chamada da escrita de Brum, contando a história de um pescador retirado de sua ilha, agora sem rio, e reduzido a um pescador que mora na zona urbana sem condições dignas. A família desse ribeirinho assinou alguns papéis e assim foram expulsos do seu território, “a hidrelétrica de Belo Monte o reduziu a um pescador sem rio, um pescador que não pesca, um pescador sem remos e sem canoa” (BRUM, 2015).

É este modelo de desenvolvimento que entra na vida de populações da Amazônia, através dos grandes projetos como a Transamazônica, neste caso mais recente, a UHE de Belo Monte. Os pescadores e ribeirinhos se veem sem assistência jurídica e social na região do Xingu e, as políticas implementadas passam como um rolo compressor, através do modelo econômico implementado ao longo do século, atravessando diferentes governos e que se mantém vigente.

O modelo dominante de crescimento econômico persiste na fronteira amazônica, princípios como justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica apontada por Sachs, não estão sendo respeitadas no território dos ribeirinhos, no rio Xingu. “Enquanto Belo Monte se recorta na paisagem como um monumento – ao que, a História ainda vai dizer –, o pescador exilado do rio é só um homem que vai virando deserto à margem de si mesmo” (BRUM, 2015). É uma alegoria de desenvolvimento disfarçada em crescimento econômico deixando os povos fragmentados, sem rio e sem território.

Considerações Finais

Uma leitura crítica ao conceito de desenvolvimento, a partir dos pressupostos da dialética entre outras contribuições evidenciam que o modelo desenvolvimentista é recorrente em diferentes momentos, desde o começo do século XX, na Amazônia. Ele invisibiliza os povos, os conhecimentos tradicionais, e retira os seus direitos. Os embates moldurados no discurso de poder tem resquícios do pensamento ocidental e da lógica do capital globalizado, sob a perspectiva ideológica e eurocêntrica do grande capital com o ideal de levar a Amazônia à modernidade.

Toda a trajetória do termo desenvolvimento passou a ser usada sem maiores problematizações conceituais, sendo apenas ilusória, perpetuando a ideia de crescimento

econômico, mas sem mensurar os estragos empíricos nos projetos pensados a partir do modelo expropriador colonialista contemporâneo, sobretudo na fronteira da Amazônia brasileira, os contornos históricos vão se repetindo através de sistemas e estruturas institucionalizadas, tendo consequências e alterações ao meio ambiente e as populações envolvidas no espaço-temporal das dinâmicas geopolíticas.

Os reflexos das políticas econômicas em nome do desenvolvimento se apresentam em suas ruínas, com projetos implementados pelos governos, sem pesar as consequências socioambientais, deixando impactos e fraturas sem tamanho para os povos da Amazônia. Os dissabores de uma realidade trágica para os ribeirinhos do Xingu, as sequelas sociais e históricas são sentidas por cerca de 300 famílias, expropriadas de seus lugares, de seus territórios, pela UHE Belo Monte. No caso da criação do território ribeirinho, condicionante pela construção de Belo Monte, os ribeirinhos removidos pelo empreendimento continuam a saga por reconhecimento, em sua resistência por reconhecimento de direitos e pela reparação.

O contexto da criação do território ribeirinho, no rio Xingu apresenta políticas ambíguas e contraditórias, onde o modelo desenvolvimentista impera sobre a Amazônia. O olhar condicionado ao mercado e ao do capital globalizado se expande, as instituições e esferas governamentais continuam visando, tal qual, o lucro, o jogo de interesses econômicos dos grandes projetos são executados à revelia. As narrativas exibidas na discussão são retratos disso, do discurso dominante, da exploração, do desrespeito humano e da alienação do poder.

Agradecimentos

À Universidade Federal do Pará (UFPA).

Ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF).

Ao Programa de Pós-Graduação Agriculturas Amazônicas (PPGAA).

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

AFP. Agence France-Presse. Hidrelétrica de Belo Monte causa temores de catástrofe ambiental. **YouTube**, 19 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TWG6E6c1GGc>>. Acesso em: 04 dez. 2023.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Pescadores, ribeirinhos e indígenas: mobilizações étnicas na região do rio Xingu: resolução não negociada dos conflitos na usina hidrelétrica de Belo Monte. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João; COHN, Clarice (Org.). **Belo Monte e a questão indígena**. Brasília: ABA, 2014. Disponível em:

<https://www.portal.abant.org.br/publicacoes2/livros/Belo_Monte_Questao_Indigena_-_Joao_Pacheco_de_Oliveira_&_Clarice_Cohn.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2024.

ANTUNES, Cláudia. Território Ribeirinho, planejado para reparar Belo Monte, é alvo da extrema-direita. **Sumaúma Jornalismo do centro do mundo [online]**, 2023. Disponível em: <<https://sumauma.com/territorio-ribeirinho-para-reparar-belo-monte-e-alvo-da-extrema-direita/>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, São Paulo, n. 53, p. 71-86, jan./abr. 2005. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRUM, Eliane. O pescador sem rio e sem letras. **Coluna *El País*. [online]**, 16 fev. 2015. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/16/opinion/1424088764_226305.html>.

Acesso em: 29 nov. 2023.

BRUM, Eliane. Belo Monte: a anatomia de um etnocídio. **Coluna *El País*. [online]**. 01 de dez. 2014. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html#?rel=mas>. Acesso em: 04 dez. 2023.

CARVALHO, André Cutrim. Frontiers and Economic Institutions in Brazil: an approach focused on the new institutional economics. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 1, p. 125, 2017. Disponível em:

<<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5225>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CUNHA, Manuela Carneiro da. O engajamento maciço. In: BARBOSA MAGALHÃES, Sônia; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. 448 p. (Relatório da SBPC: [livro eletrônico]). Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/expulsao-de-ribeirinhos-em-belo-monte-relatorio-da-sbpc>>. Acesso em: 15 out. 2023.

COSTA, Pedro Sérgio Santos da; MARTINS DE SOUZA, César. Apontamento sobre a Agrovila Leonardo D'vinci e a reinvenção de seu cotidiano após a construção da hidrelétrica de Belo Monte. **Nova Revista Amazônica**, 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6468>>. Acesso em: 04 dez. 2023.

DE FRANCESCO, Ana A. [et al.]. História de ocupação do beiradão no Médio rio Xingu. In: BARBOSA MAGALHÃES, Sônia; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. 448 p. (Relatório da SBPC: [livro eletrônico]). Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/expulsao-de-ribeirinhos-em-belo-monte-relatorio-da-sbpc>>. Acesso em: 15 out. 2023.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução: Vera Lúcia M. et al. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83. Disponível em:

<https://www.dropbox.com/s/zyp9jlrjzwwqs11/SACHS_dicionario_desenvolvimento.pdf?dl=0>. Acesso em: 22 fev. 2024.

FAINGUELERNT, Maíra. Borges. **Belo Monte**: o estado democrático de direito em questão. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

FAINGUELERNT, Maíra Borges. Impactos da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma análise da visão das populações ribeirinhas das reservas extrativistas da Terra do Meio. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 1, p. 43-52, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/xKJr8P55rML88mV4DLwT66b/#>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

G1 Pará. Muros dentro do rio Xingu? Entenda a polêmica envolvendo a Usina de Belo Monte no Pará. **G1 Pará**, 14 jan. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/01/14/muros-dentro-do-rio-xingu-o-que-se-sabe-sobre-a-polemica-envolvendo-a-usina-de-belo-monte-no-para.ghtml>>. Acesso em: 04 dez. 2023.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007. 340 p.

KATZ, Ilana; OLIVEIRA, Lavínia. Considerações sobre os impactos em saúde, no contexto do deslocamento forçado de ribeirinhos em Belo Monte. In: BARBOSA MAGALHÃES, Sônia; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. 448 p. (Relatório da SBPC: [livro eletrônico]). Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/expulsao-de-ribeirinhos-em-belo-monte-relatorio-da-sbpc>>. Acesso em: 15 out. 2023.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos avançados**, n. 53, p. 45-76, jan./abril 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/cHMV7HtyhqvBRspJYwVVFQK/#>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Obras reunidas: Poesia**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001. v. 1.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. A voz dos ribeirinhos expulsos. In: BARBOSA MAGALHÃES, Sônia; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. 448 p. (Relatório da SBPC: [livro eletrônico]). Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/expulsao-de-ribeirinhos-em-belo-monte-relatorio-da-sbpc>>. Acesso em: 15 out. 2023.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro da. A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte. In: BARBOSA MAGALHÃES, Sônia; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. 448 p. (Relatório da SBPC: [livro eletrônico]). Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/expulsao-de-ribeirinhos-em-belo-monte-relatorio-da-sbpc>>. Acesso em: 15 out. 2023.

MARTINS DE SOUZA, César. A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX. **Cadernos do Ceom**, v. 31, n. 48, p. 21-29, 2018. Disponível em:

<<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/4287>>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MARTINS DE SOUZA, César. Morte, saúde e ditadura na construção da Transamazônica. **Tempos Históricos**, v. 19, p. 65-91, 2015. Disponível em:

<https://www.academia.edu/89485809/Morte_Sa%C3%BAde_e_Ditadura_Na_Constru%C3%A7%C3%A3o_Da_Transamaz%C3%B4nica>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MARTINS DE SOUZA, César; SOUZA, Maria Cândida de Oliveira Batista. Entre esperanças e desafios: os nordestinos na colonização da Transamazônica na década de 1970. **Cadernos do CEOM**, v. 34, n. 55, 2021. Disponível em:

<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6363>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do Humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MOREIRA, Carla Siqueira; RIBEIRO, Tânia Guimarães. O desenvolvimento sustentável e a implementação de políticas públicas na Amazônia. Dossiê Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, v. 03, n. 02, set. 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/9376>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A reabertura da fronteira amazônica, os dragões da maldade e as perspectivas da democracia brasileira. **Confluente**, v. 13, n. 1, p. 77-104, 2021. Acesso em: 30 jan. 2024.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A Nação Tutelada: uma interpretação a partir da fronteira. **MANA**, v. 27, n. 1, p. 1-31, 2021. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/mana/a/RL4kSL83HPsh7fPyhCTScXp/#>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, Redes e Ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 80, p. 109-125, mar. 2008. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/nec/a/tptYGcSpnGPvPqVQSRfg8VP/#>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ROCHA, Carla Giovana Souza; SILVA, Josefa de Oliveira Camara da. Ribeirinhos reassentados e as mudanças nos modos de vida: danos da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, Pará. **Nova Revista Amazônica**, v. 10, n. 02, 2022. Disponível em:

<<https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nra/issue/view/611>>. Acesso em: 04 dez. 2023.

SACHS, Wolfgang (Ed). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução: Vera Lúcia M. et al. Petrópolis: Vozes, 2000.

SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO (SBT). Senadores debatem sobre a implementação do Território Ribeirinho em Altamira (PA). **Vale do Xingu SBT**

Altamira, 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rQmnTH2qBRI>>. Acesso em: 22 fev. 2024.

SOUZA, Márcio. **Mad Maria**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed Marco Zero, 1985.

TORRES, Maurício Gonsalves. **Terra privada vida devoluta**: Ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

VENTURI, Luis Antonio Bittar. Recurso Natural: a construção de um conceito. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 09-17, 2006.

VILAS-BOAS, André [et al]. Recomendações para o planejamento territorial. In: BARBOSA MAGALHÃES, Sônia; CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte**. São Paulo: SBPC, 2017. 448 p. (Relatório da SBPC: [livro eletrônico]). Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/expulsao-de-ribeirinhos-em-belo-monte-relatorio-da-sbpc>>. Acesso em: 15 out. 2023.

Como citar:

ABNT

SANTOS, K. B.; TORRES, M.; MARTINS DE SOUZA, C. Desenvolvimento e dilemas na fronteira: embates e impactos socioambientais na criação do território ribeirinho do rio Xingu, Altamira-PA. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 10, n. 02 (ed. esp.), e22749, 2024. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e22749>>. Acesso em: 26 dez. 2024.

APA

Santos, K. B., Torres, M., & Martins de Souza, C. Desenvolvimento e dilemas na fronteira: embates e impactos socioambientais na criação do território ribeirinho do rio Xingu, Altamira-PA. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 10, n. 02 (ed. esp.), e22749, 2024. Recuperado em 26 dezembro, 2024, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e22749>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2024, Universidade Federal do Maranhão.

